

A Educação Superior no Brasil e a busca pela democratização: trajetória histórica até os tempos de Sisu

BORGES, Gabriela Fernanda Silva¹

Resumo: O Brasil é um país historicamente marcado pela desigualdade social e, essa atinge, principalmente, a parcela da sociedade que não consegue ingressar na educação superior. Por isso, nos últimos anos alguns programas que visam à democratização deste nível de ensino estão sendo implementados no país. O processo de democratização busca alterar o contexto no qual ingressar e concluir um curso superior é opção reservada a pequenos e determinados grupos. Assim, na atualidade uma das questões centrais das políticas educacionais é justamente a democratização da educação, sendo o acesso com qualidade um de seus grandes desafios. Este texto traz uma breve trajetória histórica da educação superior no país até a implantação do Sisu, sendo parte de uma pesquisa que busca refletir sobre os avanços e impasses do Sistema de Seleção Unificada no processo de democratização do ensino superior.

Palavras chave: Democratização; Educação Superior; Sisu.

Abstract: Brazil is a country historically marked by social inequality, and this mainly affects the part of society that can not enter higher education. Therefore, in the last years some programs that aim at the democratization of this level of education are being implemented in the country. The process of democratization seeks to change the context in which to enter and to conclude a university course is an option reserved for small and certain groups. Thus, at present one of the central issues of educational policies is precisely the democratization of education, quality access being one of its great challenges. This text brings a brief historical trajectory of higher education in the country until the implementation of Sisu, being part of a research that seeks to reflect on the advances and impasses of the Unified Selection System in the process of democratization of higher education.

Key words: Democratization; Higher Education; Sisu.

¹ Mestranda em Educação Tecnológica pelo IFTM – *Campus* Uberaba

1. Introdução

A história da educação superior no Brasil tem sua origem no século XIX, e como reflexos de uma sociedade desigual, esta história é marcada por desigualdades. Na prática, a educação superior reproduz socialmente o que aconteceu com a educação básica: para os filhos dos colonizados brancos, a educação estava relacionada à formação intelectual e humanística, com características europeias, enquanto que para os índios, negros e mestiços a educação baseava-se na catequização.

Além de elitista, o ensino superior se firmou como um modelo de conhecimentos fragmentados e de natureza profissionalizante, atendendo as demandas de racionalidade e eficiência – características típicas do capitalismo. Este panorama histórico marcou profundamente a educação superior no país e apresenta marcas que explicam muitas distorções em nossos sistemas de ensino.

Conforme defendido por Ghiraldelli Jr. (2008), do Período Colonial, passando pelo Império até a República as iniciativas no campo da educação superior evidenciam duas características: um ensino voltado para a elite e uma série de mecanismos que excluía a maior parte da população do acesso aos cursos de graduação, visto como um instrumento para contribuir para a consolidação da burguesia.

Porém, a educação é um direito social e um instrumento de inclusão socioeconômica, e por isso deve ser oferecida de forma democrática, visando a equidade e a inclusão dos grupos até então marginalizados deste nível de ensino. Assegurar uma educação de qualidade é dever do Estado, e as políticas públicas educacionais são mecanismos necessários frente às grandes desigualdades da sociedade brasileira.

2. A Educação Superior no Brasil

A educação superior brasileira, desde seu início, foi reservada para poucos, pois segundo Cunha (1980), os primeiros cursos de filosofia e teologia implantados no Colégio dos Jesuítas da Bahia, privilegiavam a formação das elites.

Em 1808, com a chegada da família real, houve a abertura dos cursos de natureza profissionalizante, justamente para atender às necessidades do mercado, porém, prevaleceu o predomínio de cursos de Direito e Medicina, devido à valorização da carreira jurídica e carreira médica. Outra característica desta época, é que as instituições eram isoladas, não havendo interesse em criar universidades.

Entre 1889 e 1918 foram criadas no Brasil mais de 50 escolas superiores, sendo a maioria delas privada. De um lado as escolas públicas ofereciam um ensino de característica confessional através das instituições católicas, e de outro lado, os cursos oferecidos pela rede privada preparavam as elites locais.

Apenas em 1920, como resultado da agregação de algumas faculdades, a universidade é oficialmente criada no Brasil. A Universidade do Rio de Janeiro, reunia faculdades profissionais já existentes e que mantinham suas autonomias.

Além disso, a instituição era mais voltada para o ensino e possuía um caráter elitista. Cunha (1980) considera tardia a criação das universidades no país, uma vez que várias colônias espanholas já as possuíam – o que seria uma forma de Portugal manter o Brasil dependente.

Na década de 1930, no Governo de Getúlio Vargas, e frente a diversos debates políticos sobre educação, é criado o Ministério dos Negócios da Educação e da Saúde Pública, o que originou algumas reformas na educação brasileira, entre elas a aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras, que ficou em vigor até 1961 e diz:

a universidade poderia ser oficial, ou seja, pública (federal, estadual ou municipal) ou livre, isto é, particular; deveria, também, incluir três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. Essas faculdades seriam ligadas, por meio de uma reitoria, por vínculos administrativos, mantendo, no entanto, a sua autonomia jurídica (SOARES, 2002).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024/1961, acabou ampliando e legitimando os anseios dos setores privados e conservadores, pois basicamente estabeleceu mecanismos de controle da expansão do ensino superior e do conteúdo a ser trabalhado.

O ano de 1968 no Brasil foi marcado pelas reivindicações por mudanças sociais, políticas e culturais, e, depois de derrotar o movimento estudantil, o governo militar propôs a chamada reforma do ensino superior – Lei nº 5.540/1968. A reforma propôs reorganização administrativa das instituições de ensino superior, visando alinhar os objetivos deste nível de ensino às demandas do mercado. Porém, de acordo com Santana (2015), apesar da proposta, não houve verdadeira reforma curricular e a ampliação do sistema se deu através do crescimento das matrículas nos mesmos cursos tradicionais.

O grande desenvolvimento econômico da década de 70 aumentou a demanda pelo ensino superior com o aumento dos recursos federais e o orçamento destinado à educação. Este aumento esteve diretamente relacionado ao crescimento de oportunidades de trabalho e consequente crescimento das camadas médias. Infelizmente, a educação pública, diferentemente da privada, não estava preparada para receber o público interessando em ingressar no ensino superior. Este momento alavancou a educação superior particular, e a tornou um negócio rentável, porém, pouco preocupado com a qualidade do ensino. A educação superior com viés mercantilista passou pelo processo de expansão, porém,

tal expansão, por sua vez, não atende à demanda existente para a educação superior, pois o acesso e a permanência de grande parte de alunos têm relação com as condições existentes em termos de capital cultural, construídas ao longo da trajetória escolar e de vida (GISI, 2006, p. 05).

Sendo assim, o aumento no número de vagas em cursos de graduação não é suficiente para garantir o acesso e a permanência principalmente da parcela da sociedade em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Enquanto a década de 1980 foi marcada pela crise econômica e consequente estagnação do ensino superior, a década de 1990 apresentou ações voltadas para educação superior como a regulação dos mecanismos de avaliação e renovação periódica de reconhecimento dos cursos e a criação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como alternativa ao tradicional vestibular criado em 1911. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.396/1996) incorporou algumas inovações como a obrigatoriedade do credenciamento das instituições de educação superior, e reafirmou no artigo 3º que o ensino deverá ser ministrado com base no princípio da igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

A história da educação superior mostra que a educação não promovia o desenvolvimento da sociedade, mesmo porque poucos tinham acesso a ela; seu objetivo era propagar o prestígio daqueles que conseguiam ingressar e concluir um curso superior, ou seja, reforçar ainda mais o poder das elites.

As políticas e reformas empreendidas no Brasil desde o período colonial até a década de 1990 tiveram como eixo central os interesses dos grupos dominantes e as demandas da economia. Segundo Jacob (1997), estas reformas resultaram no caráter intervencionista e centralizador que caracteriza as ações do Estado no campo educacional. Na prática, o Estado sustentou ao longo da história os interesses das classes sociais favorecidas.

A partir de 2003 foram realizadas várias iniciativas com o objetivo reestruturar, desenvolver e democratizar o ensino superior no país. O processo de democratização busca, justamente, reverter o quadro no qual ingressar e concluir um curso superior é opção reservada à alguns grupos. Assim, no século XXI uma das questões centrais das políticas educacionais é justamente a democratização da educação, sendo o acesso e a permanência com qualidade um de seus grandes desafios.

3. As Políticas Públicas no cenário da Educação Superior Brasileira

A educação está prevista constitucionalmente como direito fundamental de natureza social, entretanto, verifica-se que a educação superior é a que está mais distante de chegar à sua universalização. Nota-se que o crescimento da oferta de vagas na educação superior, além de estar abaixo do previsto no Plano de Educação Nacional, foi maior na iniciativa privada de ensino. Assim, se, por um lado a educação superior, por ser gratuita em instituições públicas é vista como um direito social, por outro, existe uma grande parcela que só consegue este acesso por meio de instituições privadas, pagando por seus estudos.

Como o Brasil é um país historicamente marcado pela desigualdade social e, essa atinge, principalmente, a parcela da sociedade que não consegue se inserir principalmente na educação superior, nos últimos anos alguns programas que

visam a expansão e melhoria deste nível de ensino vêm sendo implementadas nas instituições de ensino.

No país, a segunda metade do século XX foi caracterizada pela expansão da demanda e oferta de cursos de educação superior. Esta expansão está relacionada tanto à importância do saber acadêmico pelo mercado de trabalho quanto à valorização da pesquisa.

E, com a crescente demanda pela formação profissional qualificada e consequentemente pela formação no ensino superior, aliada ao fato de que o maior percentual de vagas disponíveis para este nível de ensino ser ofertado pela iniciativa privada, o governo federal passou a implementar e a ampliar programas de democratização do acesso e da permanência nos cursos superiores. Como as instituições de ensino superior contribuem ativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, novas diretrizes e parâmetros estão sendo implantados no contexto da educação superior no Brasil.

Desta forma, ações que contemplam aumento de vagas nos cursos de graduação, iniciativas de combate à evasão e promoção de políticas de democratização do acesso e permanência tem mostrado sua importância na busca por uma reorganização social através da educação.

De acordo com Lima e Bianchini (2016), a democratização infere no estabelecimento de igualdade de condições de escolha, acesso e permanência em cursos e instituições de educação superior, em um processo que viabiliza que o segmento estudantil represente toda a diversidade social. Em sociedades desiguais como a brasileira, as políticas compensatórias tornam-se fundamentais na busca pelo atendimento dos direitos coletivos.

Para promover a democratização do ensino superior, o governo federal criou vários projetos e ações, chamadas de políticas públicas, elucidadas pela concepção de educação alinhada aos objetivos traçados pela Constituição Brasileira como: construir uma sociedade livre, justa e solidária; reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos.

Azevedo (2003, p. 38) define que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Na busca por atender as necessidades do mercado de trabalho, bem como oportunizar condições de acesso e permanência nas instituições de ensino superior através da democratização, o Ministério da Educação afirma que: “os desafios ligados à educação superior podem ser condensados na tríade **expansão, qualidade e democratização**”.

Para Saviani, educação e política são práticas distintas, mas que mantêm uma estreita relação:

[...] a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infraestrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como

a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos, etc. (1986, p. 89).

Segundo Giron (2008), quando se fala em Políticas Públicas na educação a abordagem trata-se da articulação de projetos que envolvem o Estado e a sociedade, na busca pela construção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade, ou seja, que resgate a construção da cidadania.

As políticas voltadas para a educação superior têm propiciado mudanças significativas, incluindo a expansão das instituições públicas, cursos e vagas. Entre os programas que visam à expansão, a permanência e a melhoria da educação superior estão:

- O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) que é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001;
- O Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096 de 2005, e que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas;
- O Programa de apoio a Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior através da adoção de medidas que promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior;
- O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos como o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações (MEC).
- A Universidade Aberta do Brasil (UAB) que busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância;
- O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7234/2010, apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho

acadêmico oferecendo assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (MEC).

- A Lei n. 12.711/2012 que institui a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e/ou com renda igual a 1,5 salários mínimos per capita e/ou autodeclarados pretos, pardos ou indígenas;
- O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), institucionalizado por meio da Portaria Normativa nº 438/1998 e regulamentado pela Portaria Normativa nº 807/2010, para servir como instrumento de avaliação educacional do governo federal, com a finalidade principal de aferir o desempenho dos alunos concluintes e egressos do ensino médio, e que pode ser utilizado tanto como forma de ingresso em instituições superiores de ensino como também para o PROUNI ou FIES;
- O Sistema de Seleção Unificada (SISU), instituído pela Portaria Normativa nº 2/2010 e regulamentado pela Portaria Normativa nº 21/2012, é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do Enem. O sistema tem como objetivo a democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior e a promoção da migração acadêmica entre cidades e/ou estados.

No Brasil, a Secretaria de Educação Superior (SESu), criada em 1979, é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da Política Nacional de Educação Superior, sendo responsável por orientar políticas, programas e ações relacionadas à educação superior.

Como toda política pública reflete na sociedade e na economia, além de ser uma ação intencional, ou seja, com objetivos a serem alcançados, estas ações implicam além da implementação e execução, a avaliação.

Costa e Castanhar (2003, p. 971), afirmam que:

a avaliação sistemática, contínua e eficaz destes programas pode ser um instrumento fundamental para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados, além de fornecer aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas dados importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz.

Na tentativa de buscar novas reflexões sobre o processo de democratização do ensino superior, é necessário analisar, de forma geral, os avanços e impasses da implementação destas políticas educacionais brasileiras, e especificamente analisar a utilização do Enem/Sisu como forma de acesso às Instituições Públicas de Educação Superior.

4. O ENEM E O SisU como políticas de democratização do Ensino Superior

As políticas educacionais não visam apenas ampliar necessariamente o quantitativo da oferta de vagas na educação superior, contudo, pretende redistribuir o módulo do vetor de acesso, que é maior para as classes economicamente mais favorecidas, de forma a proporcionar oportunidades aos segmentos social e historicamente excluídos.

Estas políticas são de grande importância principalmente para os setores historicamente negligenciados do ensino superior, como negros, pardos, indígenas e/ou pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, pois, interferem diretamente nos processos de organização e gestão das instituições na busca pela democratização deste nível de ensino, e por isso, devem ser frequentemente avaliadas e/ou melhoradas, se for o caso.

No contexto de políticas educacionais, destaca-se o ENEM, que mesmo não sendo criado com o intuito de ser um exame de acesso à educação superior, sempre teve relação com essa finalidade desde o princípio. De acordo com informações do Relatório Final do ENEM 1999 (INEP, 2000), em sua primeira edição, duas instituições utilizaram seus resultados para acesso aos seus cursos superiores e foi esta relação que proporcionou sua popularização, tendo como marco desse fenômeno o ano de 2001, quando o Enem passou a ser usado por algumas instituições como modalidade isolada ou complementar de seleção para seus cursos. Em 2005, selecionou candidatos ao PROUNI e, em 2009, passou a ser usado como exame unificado de acesso à educação superior.

Desde sua primeira edição, o ENEM foi organizado e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O uso do Enem pelas instituições de educação superior é opcional, sendo quatro as formas de adesão, que funcionam da seguinte forma: 1) o Enem como fase única, que implica no uso do Sistema de Seleção Unificada (SisU) para preencher o quantitativo de vagas disponibilizado pela instituição, para acesso por meio desse formato; 2) combinado ao atual vestibular da instituição - neste caso, realiza-se uma composição de notas entre resultados do Enem e do processo seletivo institucional; 3) O Enem é usado como 1ª etapa e o vestibular é utilizando apenas na 2ª etapa do processo seletivo institucional ou 4) utiliza-se o Enem para as vagas remanescentes do processo seletivo realizado pela instituição.

De acordo com o art. 3º da Portaria Nº 468, de 03 de abril de 2017, os resultados do Enem possibilitam:

- I - a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho;
- II - a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio;
- III - a utilização do Exame como mecanismo único, alternativo ou complementar para acesso à educação superior, especialmente a

ofertada pelas instituições federais de educação superior;
IV - o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação superior;
V - a sua utilização como instrumento de seleção para ingresso nos diferentes setores do mundo do trabalho; e
VI - o desenvolvimento de estudos e indicadores sobre a educação brasileira. (BRASIL, 2017).

Neste contexto, o Sisu foi desenvolvido com o objetivo de promover a unificação da seleção das vagas de cursos de ensino superior em instituições federais, a partir das notas obtidas no Enem, com o intuito de substituir o vestibular descentralizado destas instituições. Com o Sistema de Seleção Unificada, candidatos participantes do ENEM e que tenham nota maior que zero na redação, são selecionados automaticamente pela pontuação após a inscrição em dois cursos de uma mesma instituição ou de instituições diferentes.

Em relação ao processo de democratização do acesso ao ensino superior cabe destacar que o Sistema de Seleção Unificada está de acordo com a Lei nº 12.711/2012 que, ao dispor sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, afirma:

Art. 1º. As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 (um salário-mínimo e meio) per capita (BRASIL, 2012).

A participação das instituições públicas e gratuitas de ensino superior no Sisu é formalizada por meio da assinatura de Termo de Adesão. Neste termo, a instituição deverá descrever as condições específicas de concorrência às vagas por ela ofertadas no âmbito do Sisu, devendo conter informações como cursos e turnos, número de vagas, vagas reservadas, pesos e notas mínimas eventualmente estabelecidos pela instituição de ensino referentes às provas do Enem, em cada curso e turno.

Somente podem se inscrever no Sisu o estudante que tenham participado do Enem, e que atenda às condições específicas do edital do processo seletivo daquele período letivo. O processo seletivo do Sisu compreende as seguintes etapas: 1. Oferta de vagas pelas instituições; 2. Inscrição dos estudantes; 3. Classificação e seleção dos estudantes na chamada regular; 4. Lançamento pelas instituições, das vagas ocupadas na chamada regular; 5. Declaração de interesse em participar da lista de espera; 6. Convocação dos aprovados na lista de espera; e 7. Lançamento pelas instituições, das vagas ocupadas na lista de espera.

Em termos numéricos o Sisu se apresenta como uma política pública bem-sucedida. Criado em 2010, o Sisu ofereceu, no primeiro semestre daquele ano, 47.913 vagas. Em 2014, também no primeiro semestre, foram 171.401 vagas – um crescimento de 258%. E, no primeiro semestre de 2017 foram mais de 238 mil vagas disponibilizadas e 131 instituições que aderiram ao sistema.

A implementação do Sisu alterou a forma de ingresso nas instituições de ensino superior, passando de um modelo de seleção descentralizado, em que cada instituição era responsável por seu calendário de aplicação das provas, bem como pela elaboração das questões e dos critérios de seleção, para um modelo totalmente centralizado, baseado em um único exame comum a todas às instituições que aderiram ao sistema.

Por meio do Sisu os alunos diminuem custos com inscrições e viagens, uma vez que não precisam se submeter a processos seletivos de diversas instituições e nem saírem de suas cidades para realizarem o exame. As instituições também são beneficiadas com a diminuição de custos, não sendo mais responsáveis pela elaboração e aplicação das provas.

Não há dúvidas de que o Sistema de Seleção Unificada tem grande mérito ao permitir o acesso à educação superior de jovens de várias partes do país, além de ajudar a incrementar a proporção de jovens na educação superior, seja na facilitação geográfica, divulgação das instituições e diminuição dos custos com processos de seleção.

Porém, é preciso avaliar também os resultados contraditórios, especialmente ao considerar as características meritocráticas que cabem aos exames desta natureza, com testes em larga escala. Um único exame aplicado em todo o país, sem considerar as peculiaridades regionais e locais, é capaz de promover a democratização?

É necessário analisar se além dispensar os vestibulares, o Enem/Sisu torna o acesso à educação superior mais democrático. É preciso verificar como as diferenças e desigualdades sociais tem se reproduzido nas instituições, e refletir sobre a hierarquização dos cursos. Será que o Sisu tem conseguido a inclusão de população até então marginalizada da educação superior, principalmente nas instituições e cursos mais disputados? Este panorama do ensino superior no país tem sofrido alterações? Como tem sido o processo de ocupação de vagas nas instituições que aderiram ao sistema?

Mais ainda, é preciso refletir sobre a Lei de Cotas dentro do sistema no intuito de ampliar os espaços de equidade e inclusão na educação superior e avaliar sua eficácia tanto no acesso como na permanência e êxito dos alunos no Ensino Superior.

Como reflexo de toda a trajetória histórica do ensino superior no Brasil, e das evidências de necessidade de políticas que realmente melhorem as possibilidades de acesso a este nível de ensino, é importante analisar a eficiência destas políticas, e principalmente propor novas reflexões que poderão subsidiar melhores resultados.

Considerações finais

A educação é um mecanismo importante de ascensão social. Será por meio da educação que os indivíduos até então marginalizados da sociedade serão capazes de buscar alternativas que melhorem sua qualidade de vida; será por meio da educação que se sentirão capacitados para lutar contra a reprodução social.

A “cultura”, supostamente, garantida pelo diploma escolar, é um dos componentes fundamentais do que faz o homem realizado em sua definição dominante, de modo que a privação é percebida como uma mutilação essencial que atinge a pessoa em sua identidade e dignidade de homem, condenando-a ao silêncio em todas as situações oficiais em que tem de “aparecer em público”, mostrar-se diante dos outros com seu corpo, sua maneira de ser e sua linguagem (BOURDIEU, 2017, p. 363).

Desta forma, as políticas públicas educacionais são consideradas importantes instrumentos de expansão e democratização do ensino superior, afinal, não basta elevar o nível de instrução de uma sociedade, é necessário oferecer uma educação de qualidade e de forma democrática.

E, apesar dos diversos processos de implementação de políticas públicas voltadas para a educação superior, faz-se necessário avaliar os efeitos destas políticas no contexto das instituições de ensino, pois apenas aumentar o número de vagas e cursos não é suficiente para promover a democratização. É necessário garantir o acesso e a permanência com qualidade e equidade.

No caso do Sisu esta avaliação no interior das instituições se torna fundamental uma vez que diversas instituições públicas têm aderido ao Sistema de Seleção Unificada como única forma de ingresso em seus cursos superiores. Os resultados destas avaliações subsidiarão a manutenção da política ou indicarão necessidade de discussões, reformulações e melhorias no processo de democratização da educação superior no país.

Referências

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos et al. **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2. ed. rev. 4. reimpr. Porto Alegre, RS: Zouk, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 468, de 03 de abril de 2017**. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_27370339_PORTARIA_N_468_DE_3_DE_ABRIL_DE_2017.aspx. Acesso em: 07 mai. 2017.

_____. **Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012.** Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada – SisU. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/legislacao>. Acesso em: 07 abr. 2017.

_____. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/legislacao>. Acesso em: 12 abr. 2017.

_____. **Decreto n. 7.243, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 08 abr. 2017.

_____. **Portaria Normativa nº 807, de 18 de junho de 2010.** Institui o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM como procedimento de avaliação cujo objetivo é aferir se o participante do Exame, ao final do ensino médio, demonstra domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/1792/portaria-mec-n-807>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010.** Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior de participantes. Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/legislacao>. Acesso em: 03 abr. 2017.

_____. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 08 abr. 2017.

_____. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11096.htm. Acesso em: 07 abr. 2017.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110861.htm. Acesso em 12 abr. 2017.

_____. **Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10260.htm. Acesso em: 07 abr. 2017.

_____. **Portaria Normativa nº 438, de 28 de maio de 1998.** Disponível em: http://www.editoramagister.com/doc_348638_PORTARIA_N_438_DE_28_DE_MAIO_DE_1998.aspx. Acesso em: 09 abr. 2017.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 06 abr. 2017.

_____. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm. Acesso em: 03 abr. 2017.

_____. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 06 abr. 2017.

COSTA, Frederico Lustosa; CASTANHAR, José Cezar. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509>. Acesso em: 09 abr. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporária: o ensino superior da colônia à era Vargas.** Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1980.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GIRON, Graziela Rossetto. **Políticas públicas, educação e neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania.** Revista de Educação. PUC-Campinas. Campinas. n. 24. jun. 2008. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reveducao/article/view/109/97>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista diálogo educacional.** Curitiba, v.6, n.17, p. 97-112, jan./abr. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Relatório Final - 2000.** Disponível em http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/subcategoria/4/page/1/item_page/75. Acesso em: 12 abr. 2017.

JACOB, Vera Lúcia. **Poder do estado e poder dos docentes: um olhar sobre o movimento docente na UFPA.** – Belém-PA: SPEP/GRAPHITE, 1997.

LIMA, Lucinete Marques; BIANCHINI, Angelo Rodrigo. Seletividade e/ou democratização da educação superior em tempos de SisU. Disponível em: <http://www.periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/6187>. Acesso em: 12 set. 2017.

SANTANA, Pamella Evangelista. **Expansão do Ensino Superior no Brasil: aumento das matrículas do Ensino Público e Privado,** 2015. Disponível em: <http://congressodeeducacaoufgd.com.br/arquivos/58.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia.** São Paulo: Cortez, 1986.

SOARES, Maria Susana Arrosa (coord.). **A Educação Superior no Brasil.** CAPES, 2002.

- Gabriela Fernanda Silva Borges

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7458863333425191>